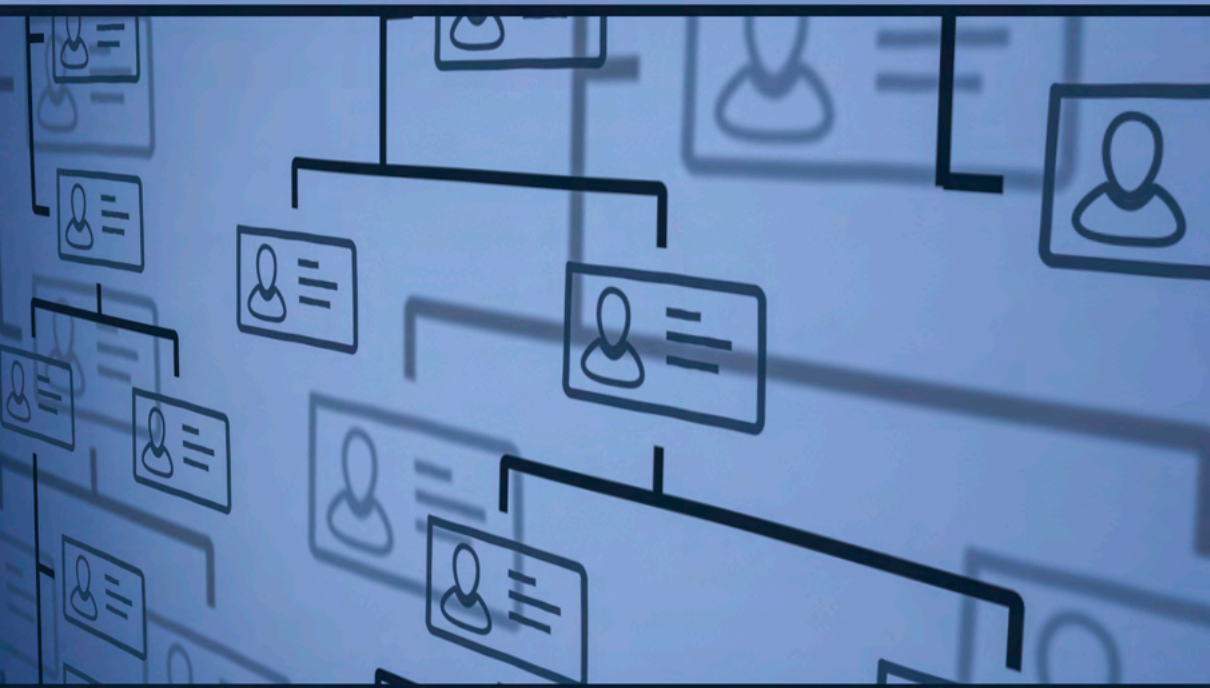


Nikolas Corrent
(Organizador)



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional 2

Atena
Editora
Ano 2022

Nikolas Corrent
(Organizador)



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional 2

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Nikolas Corrent

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências sociais aplicadas: Estado, organizações e desenvolvimento regional 2 / Organizador Nikolas Corrent. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0645-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.457220410>

1. Ciências sociais. 2. Estado. 3. Desenvolvimento regional. I. Corrent, Nikolas (Organizador). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coleção “Ciências sociais aplicadas: Estado, organizações e desenvolvimento regional” é uma obra que apresenta como foco principal a discussão científica por intermédio de trabalhos diversos que compõe seus capítulos. Trata-se de um trabalho que acrescenta diferentes perspectivas, corroborada na pluralidade de áreas representadas por seus autores.

O volume abordará de forma interdisciplinar, diversos trabalhos, pesquisas e práticas que permeiam as Ciências Sociais Aplicadas, a qual traz de forma intrínseca a conexão entre diferentes áreas de conhecimento, porém todas tendo uma finalidade em comum: colaborar significativamente para a melhoria da sociedade.

O objetivo central foi proporcionar de forma categorizada e clara reflexões desenvolvidas em instituições de ensino e pesquisa do país, os quais contemplam as mais distintas ciências. Em todos esses trabalhos a linha condutora foi analisar problemas e propor soluções, visto que isso faz parte dos estudos das Ciências Sociais Aplicadas.

Temas diversos e interessantes são, deste modo, discutidos aqui com a proposta de fundamentar o conhecimento de acadêmicos, mestres e todos aqueles que de alguma forma se interessam pelas questões sociais, pois entender os seres humanos e seus dilemas não é só função das ciências humanas. Acrescentando um pouco de aspectos práticos, chegamos às Ciências Sociais Aplicadas, compostas por profissionais que trabalham para organizar e transformar a sociedade.






Desse modo, a obra “Ciências sociais aplicadas: Estado, organizações e desenvolvimento regional” apresenta temáticas de valiosa contribuição acadêmica, além de buscar desvelar as nuances acerca das problemáticas sociais, culturais, políticas e econômicas. Além disso, a obra apresenta capítulos que abordam a necessidade de conexões disciplinares, ou seja, requerem um diálogo constante com outros conhecimentos, para a boa compreensão dos seus métodos – algo característico no interior das Sociais Aplicadas. Apesar de terem conteúdos e objetivos bem distintos, todos os capítulos têm um ponto em comum: questionam as consequências da vida em sociedade.

Sabemos o quão importante é a divulgação científica, por isso evidenciamos também a estrutura da Atena Editora capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes/as pesquisadores/as exporem e divulguem seus resultados.


Boa leitura!

Nikolas Corrent

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
TRABALHO COM SENTIDO E CONTEXTO LABORAL DE ASSISTENTES SOCIAIS BRASILEIROS(AS)	
Lilia Aparecida Kanan Juciane Aparecida Godoi Figueiredo da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4572204101	
CAPÍTULO 2	18
A GOVERNANÇA E A GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO: UM ESTUDO DE CASO NO ESTADO DO PARÁ	
Alessandra Mendes Monteiro Leila Márcia Sousa de Lima Elias	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4572204102	
CAPÍTULO 3	40
A INSUSTENTABILIDADE DA TEORIA DA PREVENÇÃO ESPECIAL POSITIVA DIANTE DA FILOSOFIA DE JEAN-PAUL SARTRE	
Marina Della Méa Vieira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4572204103	
CAPÍTULO 4	53
A DINÂMICA DA MODERNIDADE E DA PÓS-MODERNIDADE NO MUNDO GLOBALIZADO	
Banjaqui Nhaga Laís Ingrid da Silva Jardim	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4572204104	
CAPÍTULO 5	64
APONTAMENTOS RELEVANTES PARA O ALCANCE DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE MATERIAIS, OBRAS E SERVIÇOS NA GESTÃO PÚBLICA	
Ketleen Camargo da Silva Tainá de Paula Cordeiro Bomfim Rosaly Machado Franciele Machado de Souza Eliane Iara Bendix	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4572204105	
CAPÍTULO 6	87
AS RELAÇÕES TRABALHISTAS DIANTE DO DILEMA VIDA VS ECONOMIA DURANTE A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS	
Samuel Soares de Souza Santos Geovana Viana de Oliveira Joaquim dos Santos Ferreira Lidiane Garcia Bressan	

Vanessa Alvarado de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4572204106>

CAPÍTULO 7..... 93

CAPITALISMO E DESARTICULAÇÃO PSICOSSOCIAL: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE


Everton Marcos Batistela

Airton Carlos Batistela

Celso Eduardo Pereira Ramos

Manoel Adir Kischener


Mariza Rotta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4572204107>

CAPÍTULO 8..... 100

LOS RANKINGS DE UNIVERSIDADES: UNA PERSPECTIVA BIBLIOTECOLÓGICA


Denise Marín Castellanos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4572204108>

CAPÍTULO 9..... 111

EMPLEABILIDAD, COMPETENCIAS PSICOSOCIALES Y DE GESTIÓN: UN ANÁLISIS COMPARATIVO EN TRES POBLACIONES DE UNIVERSITARIOS

Miriam Aparicio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4572204109>

CAPÍTULO 10..... 130

A INSTALAÇÃO DE UM CAMPUS UNIVERSITÁRIO COMO POTENCIALIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU/PR

Juliana Bento de Camargo

Bruno Renan Borgato

Janete Stoffel

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45722041010>

CAPÍTULO 11..... 146

UM OLHAR SOBRE A TRADIÇÃO E CULTURA DA PRODUÇÃO FAMILIAR DE FARINHA DE TAPIOCA DA VILA DE AMERICANO - SANTA IZABEL DO PARÁ

Jamison Pinheiro Ribeiro

Marluce Reis Souza Santa Brígida

Leandra Rose da Silva Palheta

Andréa Cristina Dorr

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45722041011>

CAPÍTULO 12..... 158

MUITO ALÉM DAS CASTANHOLAS: TRABALHO FORMAÇÃO, E OCUPAÇÃO DAS MULHERES ESPANHOLAS

Debora Aparecida Almeida

Dimas de Oliveira Estevam

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45722041012>

CAPÍTULO 13..... 176

ACREDITACIÓN DE LA CONCERTACIÓN DEL DELITO DE COLUSIÓN E INCIDENCIA EN LA IMPUTACIÓN JURÍDICA DE INFORMES DE CONTROL POSTERIOR, AREQUIPA


Elaine Yuliana Arce Coaquira
Ronald Raul Arce Coaquira
Solime Olga Carrión Fredes
Gerardo Hugo Flores Mestas
Eliana Lisbeth Arce Coaquira
Genciana Serruto Medina
Nakaday Irazema Vargas Torres
Marilia Ysabel Arteta Olvea

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45722041013>

CAPÍTULO 14..... 191

CRIATIVIDADE E O DESIGNER INDUSTRIAL... UMA HABILIDADE ESSENCIAL


Alexis Iván Soto Ruiz
Raymundo Ocaña Delgado
Argelia Monserrat Rodríguez Leonel
Omar Eduardo Sánchez Estrada

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45722041014>

CAPÍTULO 15..... 201

ENTRETENIMENTO E BOM-SENSE: A FUGACIDADE DOS COMPARTILHAMENTOS NAS MÍDIAS DIGITAIS, AO QUAL FUNDAMENTAM OS TRAÇOS DA FACILIDADE, AGILIDADE E DO PODER DOS IMPULSOS CIBERNÉTICOS


Fernanda Gabriella de Lima Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45722041015>

CAPÍTULO 16..... 205

EL TURISMO EDUCATIVO UNA FORMA DE PROFESIONALIZACIÓN EN EL SECTOR

Nancy Testón Franco
Ernesto R. Ahumada López
Carolina González Espinoza
Noemí Vega Lugo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45722041016>

CAPÍTULO 17..... 216

TURISMO, PONTA DO CORUMBAU, PROGRESSO E SUSTENTABILIDADE: UMA PESQUISA DE FENÔMENO SITUADO

Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45722041017>

CAPÍTULO 18..... 231

ESPAÇOS VERDES E PANDEMIA: CONSIDERAÇÕES À LUZ DA PSICOLOGIA AMBIENTAL

Imara Angélica Macêdo Duarte


Plínio Renan Gonçalves da Silveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45722041018>

CAPÍTULO 19.....243

OS PROPÓSITOS DAS IDEIAS REFORMISTAS COMO SOLUÇÃO DE CRISES NO BRASIL: UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE RECENTE DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Maria Gracinda Carvalho Teixeira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45722041019>

CAPÍTULO 20.....260

PARADIGMA DO EQUILÍBRIO *VERSUS* PARADIGMA DO CONFLITO: UM OLHAR DA ANÁLISE ESPACIAL INTRAURBANA PARA BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Marcos Ricardo dos Santos

Isabela Oliveira Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.45722041020>

SOBRE O ORGANIZADOR.....273

ÍNDICE REMISSIVO.....274

OS PROPÓSITOS DAS IDEIAS REFORMISTAS COMO SOLUÇÃO DE CRISES NO BRASIL: UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE RECENTE DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Data de aceite: 03/10/2022

Data de submissão: 19/09/2022

Maria Gracinda Carvalho Teixeira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Administração Pública
Seropédica, RJ
<http://lattes.cnpq.br/8230657832492432>

Esse texto apresenta as reflexões iniciais de uma pesquisa de longo termo, em andamento.

RESUMO: O objetivo da pesquisa é identificar os propósitos das ideias reformistas e as tentativas de reforma no Brasil ao longo da sua história de modo a se compreender a importância do debate recente sobre o ambiente de reformas pelo qual passa o Brasil. O estudo, de natureza qualitativa, pressupõe que conjunturas políticas e socioeconômicas em crise, afetam profundamente as políticas públicas e sociais e outras ações que conformam a relação entre o Estado e a sociedade expondo aspectos críticos da democracia e cidadania de um país. Os achados iniciais do estudo assinalam para uma tendência de fracassos nas reformas que são pautadas em modelos exógenos que serviram de inspiração ao Brasil. Nesse contexto o estudo privilegia uma discussão inicial sobre a Reforma da Previdência. Os rumos da pesquisa tendem a corroborar seu pressuposto inicial

de que as sucessivas tentativas de mudanças substanciais na forma de administrar do Estado brasileiro apresentam profundos problemas acirrados de conflitos além de retroceder em termos de ganhos sociais e de conquista de direitos adquiridos por meio de políticas públicas governamentais que as antecederam. Os resultados da pesquisa questionam a postura de julgar o que vem de fora, como mais avançado, mais inovador, pautada em valores de eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos, importando a cultura do setor privado e modelos de reformas neoliberais oriundos de contextos históricos do passado provenientes de países anglo-saxões que possuem outros padrões de desenvolvimento social e econômico e outros referenciais de democracia e cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Propostas reformistas; Administração pública; Origem das reformas no Brasil; Relação Estado x Sociedade.

THE PURPOSES OF REFORMIST IDEAS AS A CRISIS SOLUTION IN BRAZIL: A CONTRIBUTION TO THE RECENT DEBATE OF THE PENSION REFORM

ABSTRACT: The aim of the research is to identify the purposes of reformist ideas and attempts at reform in Brazil throughout its history in order to understand the importance of the recent debate on the reform environment that Brazil is going through. The qualitative study presupposes that political and socioeconomic conjunctures in crisis profoundly affect public and social policies and other actions that shape the relationship between the State and society exposing critical aspects of democracy and citizenship of a country. The

initial findings of the study point to a trend of failures in reforms that are based on exogenous models that served as inspiration to Brazil. In this context, the study favors an initial discussion on Pension Reform. The directions of the research tend to corroborate its initial assumption that the successive attempts at substantial changes in the way the Brazilian State manages present deep conflict problems, besides going backwards in terms of social gains and the conquest of rights acquired through government public policies that preceded them. The results of the research question the position of judging what comes from outside, as more advanced, more innovative, based on values of efficiency and quality in the provision of public services, importing the culture of the private sector and neoliberal reforms models from historical contexts of the past coming from Anglo-Saxon countries that have other standards of social and economic development and other references of democracy and citizenship.

KEYWORDS: Reformist proposals; Public administration; Origin of reforms in Brazil; Relationship State vs. Society.

1 | INTRODUÇÃO AO DEBATE DAS REFORMAS

O principal objetivo da presente pesquisa é identificar as origens das reformas administrativas e do Estado e as tentativas de reforma no Brasil ao longo da sua história de modo a se compreender a importância do debate recente sobre o ambiente de reformas pelo qual passa o país, tentando expor os propósitos das ideias reformistas (LUSTOSA DA COSTA, 2008). Estudar propostas reformistas para o Estado em contextos governamentais distintos requer atenção da literatura internacional e brasileira, e cada vez mais induz a administração pública a dialogar com outros campos disciplinares das ciências. O campo das Ciências Sociais e Humanas têm contribuído com estudos que apontam as contradições experimentadas em razão da adoção de políticas neoliberais direcionadas às esferas da proteção social, do trabalho e da administração pública.

O estudo pressupõe que conjunturas políticas e socioeconômicas em crise¹, afetam profundamente as políticas públicas e outras ações que conformam a relação entre o Estado e a sociedade expondo aspectos fortes ou fragilidades da democracia e cidadania. Resende (2002) explica que reformas administrativas são constituídas de políticas públicas que nascem com o objetivo de elevação da *performance* governamental. Nesse sentido, o autor argumenta que as reformas se apresentam como respostas às crises, nestas contidos elementos fiscais e institucionais com implicações estruturais que advirão na relação Estado-Sociedade, orientadas por um projeto político governamental. A pesquisa traz reflexões sobre as propostas reformistas, apresentando uma discussão inicial sobre a Reforma da Previdência, expondo os pontos críticos e lacunas provocadas por essa reforma. Mais do que nunca, tais reflexões se tornam fundamentais à tomada de decisões sobre políticas públicas que afetam as condições de vida, saúde, segurança e de trabalho

1 Crise: "Momento perigoso ou difícil; período de desordem; conjuntura socioeconômica problemática; desequilíbrio entre bens de produção e de consumo; normalmente definida pelo aumento de preços, pelo excesso de desemprego, de falências: crise econômica." (<https://www.dicio.com.br/crise/> Consultado em: 08/09/2021)

das populações.

Os achados iniciais do estudo assinalam para uma tendência de fracassos nas reformas que são pautadas em modelos exógenos que serviram de inspiração e de elementos homogeneizadores de origem econômico-financeira em detrimento de questões de caráter social (ABRUCIO, 2006; AFONSO; TEIXEIRA, 2017; RESENDE, 2002). Os rumos da pesquisa tendem a corroborar seu pressuposto inicial de que as sucessivas tentativas de mudanças substanciais na forma de administrar do Estado brasileiro apresentam profundos problemas acirrades de conflitos além de retroceder em termos de ganhos sociais e de conquista de direitos adquiridos por meio de políticas públicas governamentais que as antecederam. Os resultados da pesquisa tendem a questionar a postura de julgar o que vem de fora, como mais avançado, mais inovador, pautada em valores de eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos, importando a cultura do setor privado e modelos de reformas neoliberais oriundos de contextos históricos do passado provenientes de países anglo-saxões que possuem outros padrões de desenvolvimento social e econômico e outros referenciais de democracia e cidadania.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Por meio de pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2008), com base no Plano Diretor da Reforma do Estado e da Administração Pública (PDRAE/MARE, 1995) e projetos de lei (BRASIL, 2017; DIEESE, 2017; DIEESE, 2020), assim como documentos produzidos pela Câmara dos Deputados (2019), entre outros, o texto caminhará em uma linha do tempo explicando historicamente os acontecimentos que levam os governos a tentarem realizar propostas reformistas apontando o retorno do discurso das reformas no contexto atual brasileiro. O recorte temporal segue até meados da década de 90, quando tem início o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso – 1995, em que ocorreu a apresentação do *new public management* no Brasil através do PDRAE, de autoria do então ministro Bresser Pereira no governo de FHC, como uma forma de gestão para as reformas do seu governo. A pesquisa se estende até 2002, com o fim do seu segundo mandato. O estudo se direcionará, ao governo Temer, que, após conclusão do processo de *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff, tem início em 1º de setembro de 2016. Essa escolha temporal se deve ao estudo considerar semelhanças nas propostas reformistas desses governos, FHC e Temer. A pesquisa ainda explora, mesmo que brevemente, as reformas defendidas pelo governo atual empossado em janeiro de 2019, visto que é impossível dissociar as justificativas para as reformas pretendidas para o Brasil a partir de 2019, da origem das reformas que vêm orientando as políticas governamentais, uma vez que o estudo trata das rupturas e continuidades das propostas reformistas que perpassam as gestões governamentais ao longo do tempo.

3 | REVISITANDO BREVEMENTE AS ORIGENS DAS REFORMAS NO BRASIL E OS MODELOS INSPIRADORES DO PAÍS

As reformas estão presentes no contexto brasileiro desde a monarquia, no período regencial em que em 1832 se realizou a reforma constitucional, com ações que promoveram a descentralização, criando o poder legislativo provincial e a divisão de rendas entre o governo central e os provinciais. Com o fim da monarquia e proclamação da República, foram criados planos de reformas também na “República Velha”, inspirados na Constituição Americana. Instituiu-se o federalismo e assim começara a vigorar o regime presidencialista, caracterizado pela criação do TCU (Tribunal de Contas da União), maior autonomia ao poder Judiciário e convocação de eleições (LUSTOSA DA COSTA, 2008). Após a “República Velha” inicia-se o processo de industrialização do Brasil. Com base nas novas práticas de governo e mercado, surge a “burocratização do Estado nacional”. Assumindo características presentes no *New Deal*, foi observado que o Estado poderia ser o condutor do processo desenvolvimentista “construindo infraestruturas, criando subsídios e incentivos e oferecendo crédito” (LUSTOSA DA COSTA, 2008, p. 842).

No governo Vargas, foi promulgada a Constituição de 1937, promovendo-se uma série de ações ligadas à retomada da autonomia do estado e de direito dos cidadãos. Getúlio Vargas, buscando afastar práticas clientelistas dá início à reforma administrativa do Estado Novo, chamada burocratização do Estado, como mecanismo de controle em áreas de grande importância no serviço público como a financeira, de pessoal, entre outras, considerado, este, como o primeiro esforço para a superação do patrimonialismo (LUSTOSA DA COSTA, 2008). Explica o autor que a reforma burocrática também é marcada pela criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) previsto pela Constituição, e com ele o início do concurso público, objetivando o fim do favoritismo na seleção para cargos públicos; a criação de empresas estatais (ampliação da economia mista) e dos ministérios do trabalho, indústria e comércio; racionalização burocrática (normas, padronização) e um discurso voltado ao *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social).

Lustosa da Costa (2008) descreve que, com a queda de Vargas, após um processo de revoltas e golpes, assume a presidência Juscelino Kubitschek (1956-1961) com um projeto desenvolvimentista focado nos setores de transporte, energia, indústria pesada e alimentação; na afirmação nacionalista; na criação da Comissão de Simplificação Burocrática (COSB) que teria por meta a promoção de estudos que buscassem a descentralização dos serviços conforme cada órgão, instituição e delegação de cargos e prestação de contas das autoridades; na criação da Comissão de Estudos de Projetos Administrativos (CEPA), órgão que assessoraria a presidência em projetos de reformas administrativas. João Goulart (1961-1964) que era apoiado por organizações dos trabalhadores, assume a presidência (após renúncia de Jânio Quadros) e se propõe a executar reformas de base – bancária, fiscal,

urbana, agrária, universitária e administrativa; e projetos referentes à ampliação do direito ao voto alcançando grupos outrora excluídos desse direito como analfabetos e militares de baixa patente. Essas reformas de base não agradaram segmentos conservadores do país, como setores militares, empresariais entre outros segmentos da sociedade.

Embora tenha havido tentativas de romper práticas clientelistas, desde as gestões de Vargas, a administração burocrática do seu governo não conseguiu atingir plenamente os seus propósitos de distanciar dos governantes, e da máquina pública, aspectos críticos da administração patrimonial. O que explica o não alcance do propósito “puro” ou “weberiano” da burocracia pretendida, que visou a estruturação de normas feitas de forma hierárquica a fim de evitar a prevalência de mandonismos e favoritismos e assim, fracassando as tentativas de se efetivar, no contexto brasileiro, mudanças substanciais na conduta dos burocratas pautada pela busca da maximização do interesse próprio (CARNEIRO; MENICUCCI, 2013, p. 148).

No tocante às reformas que afetaram diretamente a administração pública brasileira, localizamos em Lustosa (2008) três principais marcos recentes. O primeiro marco, no primeiro governo de Getúlio Vargas, a partir de 1930, onde suas reformas minimizaram o patrimonialismo, trouxeram direitos trabalhistas e sua marca nacionalista trouxe grandes ganhos econômicos com a criação de empresas públicas e agências estatais. Ao longo das três fases do seu governo, sendo a última se encerrando em 1945 com a sua morte, Getúlio Vargas pretendeu mudar uma situação de organização pré-burocrática, coronelista (FAORO, 1976) para uma modernização administrativa do aparelho do Estado. Assim foi criado o órgão que auxiliaria o processo de reforma do sistema burocrático: o DASP (Departamento de Administração do Serviço Público). O foco era a eficiência dos negócios do governo, afastando-se do caráter assistencial da gestão pública (TENÓRIO; SARAVIA, 2007). Contam os referidos autores que, por possuir uma natureza autoritária centralizadora, a proposta de modernização da administração pública da Era Vargas impediu que a administração pública atuasse numa perspectiva da gestão da *res publica*. O centralismo decisório (tanto político quanto administrativo) acabou sendo mais forte e por isso, privilegiando ações privadas em detrimento de ações públicas. Assim fundou-se o Estado-empresário, com a criação de empresas de infraestrutura industrial, construindo-se assim as bases para o futuro Estado desenvolvimentista (TENÓRIO; SARAVIA, 2007).

Para os referidos autores, no período Juscelino Kubitschek continua o processo de modernização da administração pública com a criação de organizações paralelas (fundações, autarquias), destinadas a atender de forma “eficiente” o “carro chefe” do governo que era o Plano de Metas voltado para o rápido desenvolvimento do país. O lema de JK era construir 50 anos em 5. Assim implantou-se o Estado desenvolvimentista. O planejamento passou a fazer parte como função-chave do processo.

No período Jânio Quadros-João Goulart os intentos de adaptar a gestão pública à “modernização conservadora” iniciada na era Vargas ficaram subordinados às situações

que culminariam com o golpe civil-militar de 31 de março de 1964, visto que, forças conservadoras confrontaram as ideias reformistas de João Goulart que havia assumido a presidência após a renúncia de Jânio Quadros.

O segundo marco, segundo Lustosa da Costa (2008) ocorreu durante os anos de ditadura civil-militar (1964-1985) em que os recursos financeiros se concentraram na União, tirando a autonomia dos estados e municípios. Instituiu-se o decreto-lei 200/67, que consistia em uma reforma para tratar dos princípios e estruturas relacionados à gestão pública. Os governos militares seguiram a orientação Vargas da reforma administrativa, mas com uma grande diferença que era o de modernizar a administração pública com flexibilidade dentro do que os militares concebiam como flexível e com mecanismos de gestão semelhantes aos do setor privado, a descentralização das atividades, expansão das empresas estatais, expansão de fundações e autarquias e o fortalecimento da meritocracia pela reafirmação do ingresso por concurso público, já iniciado pelo DASP (governo Vargas), tudo ocorrendo dentro de um regime de exceção.

Com a Constituição de 1988, após o regime militar, governos seguintes se viram diante de avanços significativos que requeriam a nova Carta Magna no que se referiam à redemocratização do país em todas as suas esferas, com destaque à participação nas decisões públicas e maior controle social da gestão estatal; assim foram institucionalizados mecanismos de democracia direta, incentivou-se a descentralização político-administrativa e resgatou-se o planejamento como mecanismo de gestão (BRESSER-PEREIRA, 1998). Todavia explica Bresser-Pereira que os intentos do então presidente José Sarney (1986-1989), primeiro governo civil após a ditadura, empossado após a morte de Tancredo Neves, não geraram ações que se constituíssem em reformas e que a sociedade brasileira não tinha noção da crise pela qual o país estava passando durante o ambiente de transição democrática pós-ditadura que permeou o referido governo.

Foi no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), primeiro governo civil eleito pelo voto direto após os 21 anos de regime militar, que se deu a primeira tentativa de implantação de algumas ideias da reforma gerencial no Brasil, alinhadas aos propósitos neoliberais introduzidos no seu governo. Os planos de reformas de Collor apresentavam propostas contraditórias e sem nenhuma eficácia; uma forma de justificar as mudanças propostas era apontar que a burocracia tornava o Estado grande demais em suas atribuições, e que essa forma de administração pública gerava altos custos aos cofres públicos com prejuízo à nação e que, por isso era necessário que houvesse a mudança deste modelo burocrático para algo que colaborasse com maior flexibilidade nas regras, através da lógica de que estas normas engessavam o Estado (TENÓRIO; SARAIVA, 2007). Collor deu início à implantação do Plano Brasil Novo que ficou conhecido como Plano Collor: o poder executivo sofreu drástica redução, não só na sua estrutura organizacional como no quadro de pessoal com a extinção de órgãos públicos e demissões em massa; foram dispensados 112 mil funcionários públicos e aposentados outros 45 mil. Programas sociais

foram paralisados, empresas fecharam, o desemprego aumentou; um número vultoso de medidas provisórias, decretos e atos de nomeação foi adotado (TENÓRIO; SARAVIA, 2007; LUSTOSA DA COSTA, 2008). As decisões, centralizadas, eram tomadas para favorecer pessoas próximas ao ciclo das relações pessoais do Palácio do Planalto (TENÓRIO; SARAVIA, 2007). Acentuou-se o processo de privatização das empresas estatais já iniciado em 1981, durante o regime militar, pelo Programa Nacional de Desestatização. O resultado do Plano Collor foi a desestruturação do aparato administrativo, agravando-se a sua ineficiência (TENÓRIO; SARAVIA, 2007). Foi um período de forte desvalorização social dos servidores públicos que se viram alvos de uma campanha política destrutiva e desagregadora (TORRES, 2004). Sua gestão foi encurtecida pela sua renúncia da presidência provocada por um processo de *impeachment* (1992), principalmente pelo seu envolvimento em corrupção e fraudes financeiras, confiscos bancários entre outras ações de malversação do dinheiro público (TENÓRIO; SARAVIA, 2007; LUSTOSA DA COSTA, 2008).

O terceiro marco foi durante a gestão de FHC (1995-2003) em que apresentou-se a reforma do Estado e da Administração Pública através do Plano Diretor da Reforma do Estado e da Administração Pública (PDRAE), elaborado por Bresser-Pereira que veio a se tornar o ministro desta pasta. FHC tinha, entre outros objetivos, o compromisso do pagamento da dívida externa contraída nos governos anteriores, junto ao Banco Mundial/Fundo Monetário Internacional com os Programas de Ajuste Estrutural, para o Brasil, em que o país incorporou as recomendações desses órgãos multilaterais no sentido de implementar as reformas e também de viabilizá-las por meio do modelo gerencialista ou *new public management*. Para Resende (2002) e Afonso e Teixeira, (2017), um dos pilares do PDRAE é que o Estado deixa de ser essencialmente provedor e se torna regulador e o controle passa a ser concentrado nos resultados e não mais nos processos. FHC propunha a construção de um pacto político de modernização social-liberal e pragmático (PAES DE PAULA, 2005), inserindo o país nas novas regras do capitalismo internacional, aderindo às propostas das políticas neoliberais dos países que lideravam as reformas, que se sustentavam por (i) críticas às “falhas do Estado” e à declarada ineficiência do modelo burocrático e autoritarismo do Estado; (ii) soluções de ajuste fiscal e da previdência social à escalada inflacionária e grave recessão econômica mundial; (iii) flexibilização da estabilidade no emprego dos servidores públicos e instituição de meia jornada de trabalho, (iv) privatização das estatais, etc., provocando uma “ruptura com o padrão nacional-desenvolvimentista” brasileiro (PAES DE PAULA, 2005, p.150).

Essas ideias reformistas do governo de FHC foram inspiradas, principalmente, nos princípios firmados na Inglaterra nas gestões da então primeira-ministra Margaret Thatcher cujo governo liderou reformas neoliberais na Europa e também no *new public management* como modelo de gestão para viabilizar essas reformas (PAES DE PAULA, 2005).

Thatcher ficou conhecida por sua política de pouca intervenção do Estado na

economia, um dos pilares das reformas do seu governo. A polêmica “dama de ferro”, como se tornou conhecida, ficou no cargo de primeira-ministra britânica entre 1979 e 1990, período durante o qual adotou medidas austeras para cortar os gastos públicos e apoiou a auto-regulamentação do mercado. O governo de Thatcher foi responsável por privatizar grande parte do setor público no Reino Unido. Durante seu governo, o desemprego cresceu, as fábricas locais fecharam, os sindicatos ficaram enfraquecidos. O resultado inicial foi a recessão econômica de 1979 a 1981. Porém, com a sobrevivência das empresas mais “eficientes”, nos moldes de Thatcher, uma economia mais “enxuta”, e maior liberdade comercial, a economia cresceu muito a partir de 1982 (TANNUS, 2018) e esse crescimento econômico contribuiu para a ascensão econômica do país, não obstante apresentar profundos contrastes entre a afluente riqueza de classes sociais e o ambiente de trabalhadores fabris, residentes nas periferias que perderam seus empregos com as antigas indústrias que foram desativadas e ficaram sem perspectivas. A ministra renunciou em 1990, sendo substituída por John Major, outro político conservador que prometeu dar continuidade às reformas da sua antecessora (TANNUS, 2018).

A partir de 2016, cujos índices da economia brasileiro se apresentavam críticos, e após a crise política que resultou do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, a gestão de Temer seu sucessor, exigiu, segundo as justificativas do seu governo, um “enxugamento” do Estado. Além do “enxugamento” ter orientado a reforma trabalhista de Temer que resultou em perdas para os trabalhadores e a precarização do trabalho, isso se expressou em drásticas reformas iniciais que, desde então vêm afetando profundamente o setor público com a implantação de medidas, entre outras, a proposta de emenda constitucional, a PEC 241 ou PEC 55 que criou um teto para os gastos públicos, congelando-os por até 20 anos, e que, conseqüentemente mudaram a feição do conjunto de direitos que haviam sido conquistados através de políticas públicas que entendemos compor a cidadania.

Esse ambiente contribuiu para a implantação da Medida Provisória MP927 que vem se inserir:

[...] em um conjunto de medidas de desregulamentação e flexibilização do trabalho empregadas desde 2016, com o governo de Michel Temer, e reforçadas pelo governo de Jair Bolsonaro. O ápice deste processo foi a implementação da Reforma Trabalhista, por meio da Lei nº 13.467, de novembro de 2017. Elaborada sem diálogo social, como imposição empresarial, ela se assemelha em método e conteúdo à recente MP (ROMBALDI, 2020, p.1).

Assim, a partir do governo Temer caía por terra o “projeto político e a ascensão da aliança popular-nacional” (PAES DE PAULA, 2005, p. 153), princípio orientador das gestões de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), cujo foco principal foi a implantação de políticas sociais voltadas para as classes sociais de baixa renda e, sua sucessora, Dilma Rousseff (2011-2016), que privilegiou no seu governo a retomada do crescimento brasileiro, com a apresentação do programa do governo federal, o Programa de Aceleração do Crescimento

(PAC). O PAC objetivou a realização de investimentos públicos em infraestrutura para viabilizar a retomada do crescimento no país.

4 | CONSTRUÇÃO DA CRISE PARA JUSTIFICAR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – REFLEXÕES INICIAIS

O debate sobre a previdência social está no centro das discussões das propostas reformistas governamentais, no âmbito das políticas de austeridade, e nesse contexto se insere o atual governo brasileiro cuja promessa de campanha foi o combate à crise fiscal com reformas, e aqui juntamos elementos teórico-empíricos para reflexões iniciais sobre a reforma da previdência.

A Constituição Federal de 1988 concebeu o direito à Previdência Social como parte integrante de um amplo sistema de proteção social ao cidadão brasileiro – denominado Seguridade Social – junto com os direitos à saúde, à assistência social e ao seguro desemprego. Esse arranjo constitucional foi inspirado no modelo tripartite clássico, encontrado em grande parte dos países desenvolvidos, no qual trabalhadores, empregadores e Estado são igualmente responsáveis pelo financiamento das políticas públicas que integram seus sistemas nacionais de proteção.

Dados do DIEESE/ANFIP (2017) corroborados em Rombaldi (2020), mostram que as políticas de austeridade têm sido impulsionadas no período recente por duas medidas principais. A primeira foi a partir de 2016, com a ampliação da desvinculação de recursos constitucionais assegurados ao gasto social, aprovada pelo Congresso Nacional. A segunda medida foi o chamado “Novo Regime Fiscal” (Emenda Constitucional 95/2016) que cria, por 20 anos, um teto para o crescimento das despesas vinculado à inflação, constitucionalizando a austeridade sobre o gasto social até 2036, com o propósito de reduzir a despesa primária do governo federal até essa data.

A reforma da Previdência proposta recentemente deve ser compreendida nesse contexto de aprofundamento das políticas de austeridade econômica no Brasil, sendo a Previdência peça central do ajuste das contas primárias que se almeja com a instituição do “Novo Regime Fiscal”. Desta forma, coloca-se em xeque o contrato social e o modelo de sociedade pactuado em 1988, fruto da longa luta travada em favor da democracia e contra a ordem autoritária, e da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A justificativa do governo para apresentar à sociedade uma proposta de reforma ampla e extremamente austera se baseia na visão de que a Previdência Social seria o maior item do gasto público, constituindo-se um problema crítico insustentável financeiramente, apresentando déficits orçamentários sucessivos e crescentes, como proporção do PIB. Como parte dessa narrativa, um argumento apresentado era de que esses déficits seriam explicados pelos impactos deletérios das rápidas mudanças demográficas (em particular o envelhecimento populacional e a maior longevidade) sobre a razão de dependência de

idosos e que tenderia a aumentar. Em consequência, o discurso da “crise” da Previdência defende que, para restaurar o equilíbrio financeiro e garantir a sustentabilidade do sistema, no médio e no longo prazo, seriam necessárias mudanças constitucionais profundas nas regras paramétricas, sobretudo naquelas que oneram o lado das despesas previdenciárias (DIEESE, 2017). Diante da situação apresentada como “crise”, procuraremos problematizar alguns argumentos governamentais que julgamos necessários expor, mostrando algumas inconsistências e imprecisões no tocante à reforma da Previdência.

Carvalho et al. (2017) argumentam que a reforma da Previdência Social afetará a vida de todos os trabalhadores brasileiros e que é de suma importância que a sociedade entenda o que motivou o governo e quais as consequências para a população. Como estamos tratando de rupturas e continuidades no âmbito das propostas reformistas, importa resgatar a situação que chama a atenção de Carvalho et al. (2017) em que a equipe econômica do governo Temer se municiou para apresentar um debate sobre a previdência com projeções populacionais para quantificar o número crescente de idosos, a razão de dependência e a expectativa de vida aos 65 anos. A assessoria econômica de Temer também projetou as receitas e despesas do sistema previdenciário, para demonstrar que haverá:

[...] uma explosão do déficit do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) no futuro longínquo (ano de 2060), se nada for feito hoje para controlar os gastos. Todas essas informações são apresentadas categoricamente, com elevada presunção de certeza. Soam como verdades definitivas e infalíveis, a respeito das quais nada se pode contrapor (CARVALHO, et al. 2017, p. 63).

Os autores acima, ao se debruçarem sobre a temática chamam atenção para a necessidade de estudos específicos e aprofundados que possam esclarecer essa posição do governo Temer, esse temor apresentado pela sua equipe, que se estende pela gestão de Bolsonaro estimulado pelo seu ministro da economia.

Ressalta os referidos autores:

Como se não bastasse essa posição demasiado confiante para que consiga enxergar as próprias falhas, o governo priva a população e seus representantes no Legislativo dos necessários esclarecimentos sobre os métodos de cálculo das projeções que são feitas para as variáveis estratégicas do sistema previdenciário, no longo prazo. Frequentemente, as premissas dos modelos das projeções, as equações completas que geraram as planilhas e gráficos e principalmente a definição dos valores dos parâmetros utilizados permanecem desconhecidos, até mesmo para os especialistas mais experientes (CARVALHO, et al. 2017, p. 64).

Essa preocupação tem levado à publicação de pesquisas como o de Carvalho et al. (2017), Bastos e Oliveira (2017) entre outras que tentam desvendar os temores apresentados desde o governo Temer para a suposta “crise da previdência”, tendo em vista que as planilhas e gráficos governamentais apresentados, assim como os parâmetros que embasam esses temores sobre a previdência são desconhecidos e não se sustentam para as adequadas projeções sobre o comportamento de sistemas previdenciários. Além

disso, os autores provam que há inconsistências do modelo de projeção atuário do governo brasileiro gerando uma grande confusão.

Dado o contexto apresentado, cabe corroborar a argumentação de que o tema da previdência social geralmente sucinta “questões ideológicas, demográficas e contábeis, que muitas vezes são utilizadas para justificar reformas ou mesmo a extinção dos esquemas públicos de previdência” (BASTOS; OLIVEIRA, 2017, p.3). E que, a construção da crise, para os referidos autores, inicia-se com o argumento de que o sistema de repartição pública é “insustentável”. Bastos e Oliveira (2017) defendem, ao contrário, a tese de que não se conseguiu comprovar a insustentabilidade do referido sistema. As reformas neoliberais insistem em qualificar como “insustentável” e que de fato “é um esquema de tributação e transferência de recursos, com impactos positivos sobre a distribuição de renda”.

Com base nos estudos de Eatwell (2002), o Estado é responsável pela garantia do direito à aposentadoria, no entanto, os governos têm se deparado com um grande problema: como garantir que os aposentados tenham recursos monetários suficientes para viver, uma vez que os idosos têm vivido mais. Argumenta Eatwell que tal envelhecimento acaba por aumentar a carga sobre a população ocupada, o que compromete a transferência intergeracional, uma vez que, em vários países, a taxa de nascimento tem diminuído. Essa situação tem sido interpretada pelos governos reformistas como responsável por gerar uma “crise” que precisa ser resolvida através de reformas.

Fazer uma apreciação valorativa do envelhecimento populacional, ou seja, afirmar se ele é bom ou ruim para o país, não é simples. A queda da mortalidade, que é a causa da maior longevidade da população brasileira, é claramente fenômeno positivo e importante indicador de bem-estar. O fato de o brasileiro viver mais mostra que, apesar das desigualdades ainda existentes, as condições de vida melhoraram no país nas últimas décadas. Não se quer aqui desconsiderar que a transformação da estrutura etária populacional impõe mudanças nas políticas públicas em geral. Particularmente no que diz respeito à Seguridade Social, o envelhecimento demográfico requer que se tomem medidas nas políticas de Previdência, de Assistência e de Saúde para adequá-las a essa transformação social. No caso da Previdência, o envelhecimento populacional impacta mais diretamente os sistemas previdenciários que funcionam com base no modelo de repartição, do que os que se apoiam no modelo de capitalização. O Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que atende aos trabalhadores da iniciativa privada e aos servidores que não contam com regimes próprios de Previdência, estrutura-se no modelo contributivo e solidário de repartição. Nesse modelo, em uma população mais envelhecida, relativamente menos pessoas (correspondentes aos adultos que trabalham e contribuem) geram os recursos para pagar os benefícios dos que já estão em gozo de aposentadoria ou pensão, contingente que tende a ser maior do que antes.

Entretanto isso não significa que não haja alternativas para essa situação. Há experiências promissoras de outros países, inclusive com a criação de fundos soberanos

financeiros baseados em petróleo e gás que os estudos do DIEESE (2017) apontam como alternativas viáveis através de políticas públicas inclusivas, ao invés de condenar o envelhecimento com soluções carregadas de aspectos sacrificantes para a vida das pessoas aposentadas. Essa breve análise permite reforçar o argumento do DIEESE (2017; 2020) de que o principal problema da Previdência Social não é a demografia em si, mas o fato de que o Brasil não possui projeto econômico compatível com as necessidades do próprio desenvolvimento e suas transformações sociais.

Para aprofundar a problematização até o momento apresentada, assim como elucidar o debate, Eatwell (2002) traz uma importante contribuição sobre as duas formas principais de financiamento das aposentadorias estudadas pelo autor: o Regime de Repartição (RR) onde as contribuições dos trabalhadores ativos são recolhidas pelo Estado e utilizadas para custear os benefícios dos inativos. Algumas de suas vantagens apontadas pelo autor mencionado são: simplicidade e transparência, custos administrativos baixos, baixo risco e cobertura ampla. Todavia, argumenta o autor que há uma forte resistência ao financiamento tributário e pressão sobre o orçamento. Já o segundo regime que o autor aborda é o Regime de Capitalização (RC) onde cada indivíduo é responsável por poupar e guardar parte de sua renda, enquanto estiver ativo no mercado de trabalho, adquirindo um “estoque” para gastar com bens e serviços quando estiver aposentado. Algumas de suas vantagens, além de maior alinhamento ao mercado, de acordo com Eatwell (2002) são: elevação da poupança e do crescimento, promoção do desenvolvimento dos mercados financeiros e a governança corporativa efetiva e independência de escolha por parte do poupador. Por outro lado, avalia o referido autor que tal regime possui elevados custos administrativos, alto risco, necessidade de uma rede de proteção social e um impacto regressivo sobre a distribuição de renda.

Argumenta ainda o autor que no Regime de Repartição é notório a transparência e simplicidade, uma vez que o dinheiro recolhido através de impostos é diretamente repassado aos aposentados e que tais procedimentos possuem um custo extremamente baixo; além disso, avalia que não há concentração de renda e todos têm direito ao benefício. Segundo o autor, “a maior desvantagem do RR é a percepção da pressão sobre o orçamento, e a resistência em elevar os fundos necessários via impostos” (EATWELL, 2002, p. 185).

Já o Regime de Capitalização pode fornecer grandes retornos financeiros, para setores específicos:

[...] os regimes de capitalização incrementam a poupança interna, aumentam o crescimento econômico e promovem o desenvolvimento dos mercados financeiros. Talvez a maior vantagem desse regime seja o fato de haver um ajustamento automático do nível das aposentadorias à disponibilidade de recursos: se os recursos disponíveis são menores que o esperado, o retorno também será menor ou terá seu valor real reduzido pela inflação (EATWELL, 2002, p. 186).

Eatwell enfatiza que apesar de ambos regimes possuírem vantagens e desvantagens,

dependendo do ponto de vista, e que, macroeconomicamente não haja diferença entre eles, no entanto, ressalta que socialmente há. Explica:

No caso do RR, os impostos correntes são usados para pagar as aposentadorias correntes. No caso do RC, são as poupanças correntes que são usadas para pagar as aposentadorias correntes. A poupança de hoje está financiando as aposentadorias de hoje. Dessa forma, a “carga” sobre a força de trabalho, definida como os bens e serviços que são “extraídos” da renda da força de trabalho, é exatamente a mesma, seja no sistema previdenciário do país RC ou RR (EATWELL, 2002, p. 183).

Explica Eatwell que, para que um dos regimes possa ser adotado é necessário que o governo analise vários fatores dentro do seu território. O regime de capitalização tem custo administrativo muito mais elevado do que o regime de repartição, por exemplo. Outro grande problema para o RC é que, em países em desenvolvimento com uma população pobre ou mesmo extremamente pobre, é quase impossível todos os cidadãos conseguirem poupar; nesse contexto o RC torna-se inviável.

A “crise” dos sistemas de aposentadoria é normalmente associada ao regime de repartição simples, sendo que a reação típica é propor a conversão para alguma versão do sistema de capitalização (EATWELL, 2002, p. 188).

Com base nesses estudos, entende-se que o sistema de capitalização pode funcionar bem em países desenvolvidos e também pode beneficiar diretamente o mercado. Entretanto, em países como o Brasil, o autor sugere medidas voltadas para políticas públicas que venham ajudar a resolver a “crise” construída, como por exemplo, criação de políticas para incrementar a inclusão da mulher no mercado de trabalho, políticas que permitam que a taxa de desemprego seja a menor possível, entre outras. São exemplos sugeridos por Eatwell (2002) para que a força de trabalho possa aumentar e o Estado possa arrecadar mais em impostos para repassar para a população aposentada.

Ao lado das sugestões de Eatwell (2002) há também outras soluções para a saída da “crise” que não interferem nos direitos já adquiridos pelos trabalhadores e que têm sido apontadas por outros estudos como a chamada taxação de grandes fortunas, entre outras formas de distribuição de renda (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019), o que já é previsto pela Constituição brasileira.

Voltando à hipótese da “insustentabilidade” do sistema de repartição público, Bastos e Oliveira (2017) contrariam essa hipótese desconstruindo-a. Provam os autores que o sistema de repartição público se trata:

[...] de um mecanismo através do qual se tributa a parcela da população ativa para transferir àquela inativa. Não se trata portanto, de uma acumulação de um estoque de riqueza ao longo da vida ativa de cada um para fazer frente às necessidades (consumo) do período inativo, embora a noção de sacrifício aí envolvida possa ter desempenhado papel importante para legitimar o sistema (BASTOS; OLIVEIRA, 2017, p. 24).

Para os autores isso não se constitui razão para reformas, tornando frágeis os

argumentos que questionam esse mecanismo. Nesse sentido “a sustentabilidade financeira do sistema deve ser perseguida não por cortes ou extinções dos benefícios” (BASTOS; OLIVEIRA, 2017, p.24) como vem acontecendo no Brasil. Provam os autores que o sistema de repartição pública “pode ser mantido através de implementação de políticas de pleno emprego que garantam elevadas taxas de crescimento do produto, aumentando a taxa de tributação” (BASTOS; OLIVEIRA, 2017, p. 3). Benefícios previdenciários generosos, conforme apontam os autores poderão resultar em impactos positivos sobre o crescimento do produto.

E para concluir o breve debate teórico sobre as reformas no Brasil, não podemos deixar de mencionar o que nos chama atenção o economista Nogueira Batista Jr. (2020), ex-vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, estabelecido pelo agrupamento de países de mercado emergente em relação ao seu desenvolvimento econômico-social, o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), sobre o discurso governamental de que as reformas seriam necessárias para resolver a questão de que o Brasil estaria “quebrado”. Este mesmo Estado “quebrado” é que, ressalta o estudioso, vem de fato salvando a economia do país em crise e isso tem se mostrado desde 2008 e não apenas no Brasil. Explica o economista que, as medidas que devem ser tomadas no Brasil para resolver a crise como a ampliação do gasto público e do estoque da moeda, por exemplo, só serão eficazes se houver total transparência sobre o destino e aplicação desse gasto pois do contrário, isso implicará na “socialização dos prejuízos e na concentração adicional da renda e da riqueza no país”. Chama atenção o economista que é preciso transparência sobre o quanto e quem está sendo beneficiado dos recursos que estão saindo do Banco Central no momento de atual crise no governo Jair Bolsonaro (BATISTA JR., 2020), visto que tem havido toda uma movimentação de recursos de alto vulto – fala-se de trilhões, sendo direcionados aos bancos. Alerta que no pós-crise, a dívida pública deverá alcançar proporções enormes. E por isso mesmo, o referido economista defende como necessário, o controle social desse gasto e o seu direcionamento correto a programas sociais pois segundo explica, se não houver uma destinação desse recurso em políticas que favoreçam as classes sociais menos privilegiadas haverá cada vez mais o aprofundamento da concentração de renda nas mãos dos mais ricos que vão apenas reter a renda, agravando-se no país a histórica questão distributiva.

5 | DISCUSSÃO FINAL

Com base na literatura utilizada e nos documentos analisados, podemos apresentar como reflexões principais a confirmação que reformas não são simples mudanças, são alterações estruturais definidas por um governo, determinando as formas de conduzir uma nação, afetando as políticas públicas e as prioridades governamentais com escolhas de projetos que entram ou não nas suas agendas, portanto, permeadas de um esboço

ideológico. Abrucio (2006) aponta que reformas originam-se com o objetivo de substituir o modelo administrativo que a precede, e de gestão do Estado, e tem como originador, situações de crise. Nesse sentido observaram-se algumas continuidades entre as motivações reformistas dos governos FHC e Temer essas últimas seguidas pelo governo atual empossado em janeiro de 2019.

Os achados preliminares, calcados na literatura especializada apontam para uma tendência de fracassos em todas as reformas que são pautadas em modelos inspiradores de fora do país (RESENDE, 2002). Nesse sentido, os rumos da pesquisa tendem a corroborar seu pressuposto inicial de que as sucessivas tentativas de mudanças substanciais na forma de administrar do Estado brasileiro e sua dimensão administrativa apresentam muitos aspectos conflituosos entre grupos de interesse, além de retroceder em termos de ganhos sociais e de conquista de direitos de políticas governamentais que as antecederam.

O estudo sobre as reformas do Estado brasileiro e em particular da Previdência Social, apresenta inúmeros desafios. Um dos maiores desafios é gerenciar o bem público brasileiro quanto à postura de julgar o que vem de fora, como mais avançado, mais inovador; e assim tem sido com as formas de gerenciar o bem público, e aqui privilegiou-se um bem muito caro aos brasileiros que é o direito à uma previdência social digna.

Documentos do DIEESE (2017; 2020) destacam questões fundamentais que devem ser consideradas que relacionam Previdência Social às desigualdades de desenvolvimento humano entre municípios e regiões, desigualdades de gênero e das condições de vida nos meios rural e urbano. E também fatores específicos como elevação da idade para a aposentadoria, o que afeta a expectativa de duração da aposentadoria, diminuição do valor do benefício, elevação de carência mínima, entre outros desafios que, se desconsiderados, levarão o Brasil, um dos países mais desiguais e heterogêneos do mundo, a se transformar em um dos campeões mundiais em regras restritivas para a aposentadoria.

Os modelos de reformas que o país vem seguindo, cujas bases começam a se consolidar a partir do governo FHC, como evidenciado nesse estudo, foram inspirados em valores de eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos, oriundos das propostas reformistas neoliberais dos países anglo-saxões (ABRUCIO, 2006; AFONSO; TEIXEIRA, 2017). Esses modelos reformistas, além de receberem críticas na literatura nacional e internacional que embasaram a pesquisa, por serem estranhos à realidade brasileira, são também criticados por se inspirar em soluções que já são consideradas ultrapassadas mesmo nos seus países de origem e contradizendo os padrões de desenvolvimento e de cidadania que historicamente vêm se construindo no Brasil, contribuindo para o agravamento do quadro de desigualdade social e econômica do país.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. Os avanços e dilemas do modelo pós-burocrático: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINIK, P. (Orgs.). **Reforma de Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006, p.171-199.

AFONSO, C. O. A.; TEIXEIRA, M. G. C. Modelos organizacionais na administração pública em choque com a realidade brasileira: novas perspectivas de análise a partir da auditoria de gestão do Inmetro. **Estudos de Administração e Sociedade**. v.2, p.98 - 113, 2017.

BASTOS, C. P.; OLIVEIRA, B. R. A verdadeira natureza macroeconômica do sistema público de contribuição da previdência social. Texto para Discussão 015. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2017.

BATISTA Jr, P. A surpreendente reviravolta do debate econômico brasileiro. **Jornal do Brasil**, 20/04/2020.

BRASIL. Lei nº 13.467, 13 de jul. 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF, jul. 2017.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. Brasília: Editora 34, 1998.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **A Reforma da Previdência: Síntese da PEC 06/2019**. Assessoria Técnica do PSOL. Brasília, DF, 2019.

CARNEIRO, R.; MENICUCCI, T. M. G. Gestão Pública no século XXI: as reformas pendentes. In: Fundação Oswaldo Cruz. **A saúde no Brasil em 2030 – Prospecção Estratégica do Sistema de Saúde Brasileiro**: desenvolvimento, Estado e políticas de saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. vol. 1. p. 135- 194.

CARVALHO, V. S.; GENTIL, D. L.; PUTY, C.B.; FRANCÊS, C. R. L.; SILVA, M. S.; SILVA, C. P. A. A necessidade do cálculo de dispersão para projeções sobre o comportamento de sistemas previdenciários. In: PUTY, C.C.B.; GENTIL, D. L. (Orgs.), **A previdência social em 2060: As inconsistências do modelo de projeção atuário do governo brasileiro**. Brasília: ANFIP/DIEESE; PLATAFORMA POLÍTICA SOCIAL 2017, p.63-83.

DIEESE/ANFIP. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Previdência: reformar para excluir?** Contribuição técnica ao debate sobre a reforma da previdência social brasileira - Brasília: DIEESE/ ANFIP; 2017 48p. (Documento síntese).

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Boletim de Conjuntura**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2017/boletimConjuntura011.html> Acesso em 20 de março de 2018.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Boletim Emprego em Pauta**, 2020, nº16). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2020/boletimEmpregoEmPauta16.html>. Acesso em março de 2021.

EATWELL, J. A anatomia da “crise” da previdência. **Econômica**, v. 4, n. 2, p. 177-191, 2002.

FAORO, R. **Os donos do poder**: Formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1976.

PAES DE PAULA, A. P. **Por uma nova gestão pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

LUSTOSA da COSTA, F. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **Revista de Administração Pública**: Rio de Janeiro, v. 42, n.5, p. 829-74, set/out. 2008.

PDRAE/MARE. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. **Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado**. Brasília: Presidência da República, Imprensa Oficial, 1995.

RESENDE, F. C. O dilema do controle e a falha sequencial nas reformas gerenciais, **Revista do Serviço Público**, ENAP, Brasília, ano 53, no. 3, 2002.

ROMBALDI, M. Contenção de crises no Brasil e seus reflexos no mundo do trabalho sob as lentes da sociologia. **Boletim nº 4, ANPOCS**, semana 1, 2020.

TANNUS, T. Margaret Thatcher sobe ao poder. Quais legados a primeira mulher a ocupar o cargo de primeira-ministra no Reino Unido deixou para a economia britânica? Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/USP. **Hoje na História**, 4/5/2018. Disponível em <https://www.fflch.usp.br/577> . Acesso em 20 de março de 2020.

TENÓRIO, F. G.; SARAIVA J. H. Escorços sobre gestão Pública. In: MARTINS, P. E.; PIERANTI, O. P. (Orgs.), **Estado e gestão pública – Visões do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2ª Edição, 2007, p. 107-132.

TORRES, M. D. de F. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração pública 18, 25, 26, 34, 35, 38, 65, 67, 77, 84, 85, 86, 87, 92, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 258, 259

Agilidade 66, 82, 201, 202

Agroindústrias 146, 148, 150, 151, 156

Ambientes restauradores 231, 233, 237, 239, 240

Áreas verdes 231, 233, 235, 236, 238, 239, 240, 241, 242

Aspectos locacionais 130, 137

Assistentes sociais 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17

B

Biofilia 231, 233, 235, 236, 240, 241

C

Capitalismo 14, 58, 59, 60, 61, 63, 93, 96, 97, 98, 249, 272

Cibernéticos 201, 202, 203, 204

Corumbau 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230

Criatividade 55, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 204

D

Defraudar 176, 177, 184, 185, 186, 187, 188

Desarticulação psicossocial 93

Design industrial 191

Desigualdade 13, 14, 130, 257, 263, 273

Digitais 201, 202

Dilemas éticos 87, 88, 91

Direito penal 40, 41, 47, 50

E

Economia 10, 23, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 92, 130, 133, 142, 143, 144, 150, 237, 246, 250, 252, 256, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 271

Economia urbana 260, 271

Entretenimento 201

Estado 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 46, 47, 48, 49, 53, 57, 62, 64, 65, 67, 75, 76, 82, 83, 84, 86, 88, 89, 92,

93, 130, 132, 134, 137, 139, 148, 149, 156, 157, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 195, 196, 205, 216, 223, 224, 229, 237, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 262, 266, 267, 269

Estresse ambiental 231, 233, 234, 235, 240, 241

F

Facilidade 79, 149, 201, 204, 221

Fenomenologia 216, 218, 219, 220, 230

Formação 6, 7, 8, 13, 51, 56, 61, 85, 130, 132, 133, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 144, 151, 158, 159, 163, 164, 191, 194, 195, 196, 197, 259, 260, 262, 263, 264, 273

Fugacidade 201

G

Gestão de compras 64, 74, 75, 76, 77, 82, 83

Gestão patrimonial 18, 19, 20, 26, 28, 29, 37, 38

Gestão pública 18, 21, 23, 38, 39, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 87, 89, 91, 92, 247, 248, 258, 259, 261

Globalização 53, 57, 63, 92, 134, 135

Governança 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 28, 37, 38, 85, 86, 239, 254

H

Habilidade 191, 192, 197, 198, 235

I

Imputar 176, 187

Instrumentos urbanísticos 260

Investimento urbano 260

J

Jean-Paul Sartre 40, 41

L

Liberdade 2, 5, 23, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 201, 202, 203, 204, 219, 238, 250

Licitações 64, 65, 66, 67, 69, 74, 76, 79, 84, 85, 86

M

Materiais 5, 29, 32, 33, 54, 64, 65, 67, 69, 70, 74, 75, 76, 79, 80, 82, 86, 149, 196, 197

Mercado de trabalho 7, 158, 159, 160, 174, 175, 254, 255

Mídias 61, 97, 201, 202

Modernidade 40, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 91, 98

Mulheres espanholas 158, 159, 160, 173, 174

P

Pandemia 75, 78, 82, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 111, 206, 210, 214, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 241, 242, 270

Patrimônio público 18, 19, 20, 25, 26, 28

Pós-modernidade 53, 54, 58, 59, 60, 63

Potencialidades 14, 114, 130, 131, 132, 134, 136, 137, 139, 140, 144, 157

Progresso 54, 55, 59, 62, 149, 195, 216, 217, 218, 220, 227, 229

Propostas reformistas 243, 244, 245, 251, 252, 257

R

Região 28, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 146, 147, 149, 156, 157, 216, 217

Regulamentação 34, 37, 250, 260

S

Serviços 8, 12, 14, 21, 24, 25, 26, 33, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 82, 83, 86, 87, 88, 131, 132, 136, 138, 139, 140, 196, 216, 217, 243, 245, 246, 254, 255, 257, 263, 269, 270, 271

Sociedade 12, 17, 21, 23, 24, 25, 42, 46, 47, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 66, 77, 83, 84, 87, 93, 96, 97, 98, 99, 134, 158, 159, 160, 175, 196, 198, 218, 233, 235, 243, 244, 247, 248, 251, 252, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 266, 268, 271, 273

Sustentabilidade 20, 23, 87, 146, 216, 218, 227, 229, 230, 252, 256

T

Tecnologias 76, 79, 146, 149, 152, 166, 196, 204

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 26, 39, 51, 64, 65, 75, 79, 80, 87, 89, 90, 93, 94, 95, 131, 132, 136, 146, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 159, 160, 163, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 202, 226, 231, 236, 240, 244, 246, 249, 250, 254, 255, 258, 259, 261, 264, 266, 268, 273


Turismo 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 229, 230, 270


V


Vida 3, 14, 15, 21, 41, 42, 53, 54, 55, 57, 58, 87, 88, 89, 90, 96, 97, 98, 104, 108, 112, 116, 126, 140, 146, 149, 152, 153, 156, 164, 170, 194, 195, 196, 197, 199, 202, 216, 217, 218, 221, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 233, 234, 235, 237, 238, 240, 242, 244, 252, 253, 254,

255, 257, 261, 262

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 





CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional 2

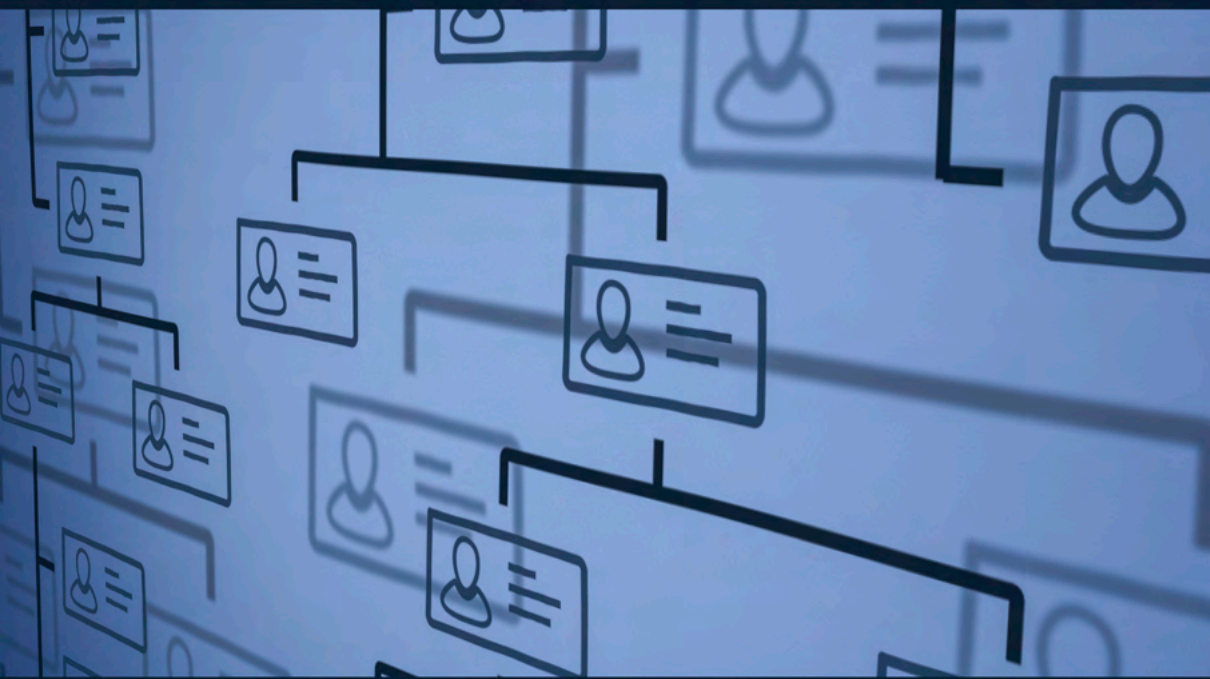

Ano 2022

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional 2


Ano 2022